



## ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2013

### Ata n.º 5

Aos onze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e treze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de cinco de Dezembro, e aditamento de nove de Dezembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO UM:** Discussão e aprovação do Regimento da Assembleia Municipal; -----

**PONTO DOIS:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Protocolo de colaboração entre o município de Albufeira e a APAV, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro; -----

**PONTO TRÊS:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de contadores de água, incluindo sistema de telemetria domiciliária, conforme previsto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem como na alínea c) do n.º 1, do art. 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro; -----

**PONTO QUATRO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para aquisição de serviços de aluguer de máquinas com operador, conforme previsto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem como na alínea c) do n.º 1, do art. 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro;

**PONTO CINCO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para aquisição de serviços de conservação e assistência técnica aos ascensores existentes nos edifícios do município de Albufeira, conforme previsto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem como na alínea c) do n.º 1, do art. 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro; -----

**PONTO SEIS:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para aquisição de serviços de plataforma eletrónica de contratação pública, conforme previsto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem como na alínea c) do n.º 1, do art. 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro;

-----  
**PONTO SETE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para aquisição de serviços de vigilância humana contínua e pontual, em vários locais do município de Albufeira, conforme previsto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do



Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem como na alínea c) do n.º 1, do art. 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro. -----

**PRESENCAS:** Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), José Galdes de Pereira Simões (PS), Soraia Santos Morais (VIVA), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Domingos Manuel Martins Coelho (PS), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Carlos Alberto dos Santos Fernandes (PS), Mário Samuel Raimundo Gaspar (VIVA), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Ana Alexandra Diogo Pereira (PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Vitor José Correia Maria Vieira (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), Luís Matias Afonso (CDS), bem como os Presidentes de Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Ferreiras, Fernando Gregório, de Guia, Joaquim Vieira e de Paderne, Miguel Coelho. -----

Registou-se, ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, e dos Vereadores, Célia Maria Calado Pedroso, Marlene Martins Dias da Silva, Ana Maria Marques Simões Prisca Vidigal da Silva e Rogério Pires Rodrigues Neto. ----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão dando a palavra ao público presente. -----

João Cabrita: "Boa noite. É uma sugestão ao Presidente da Câmara, nós temos os postos das bandeiras lá fora, no átrio, e há muito tempo que as bandeiras não são afixadas lá. Talvez fosse uma boa altura de começarmos a ter as bandeiras de Portugal e da Câmara afixadas, é uma sugestão. Gostaria de chamar a atenção para as ruas em redor do *shopping*, os passeios estão cheios de buracos, a calçada está solta, porque os pinos que colocaram, para que as pessoas não estacionassem em cima dos passeios, foram arrancados alguns e ficaram lá os buracos, e está um pouco perigoso para toda a gente. No outro dia fui ao cemitério velho e o estado do cemitério é deplorável. Foi feita uma limpeza agora quando houve os finados mas aquele cemitério não honra os nossos antepassados. Se pudessem fazer alguma coisa sobre isso, era bom. Espero que as minhas sugestões não sejam balofas e espero que não façam perder tempo a esta Assembleia e também dizer que não estou aqui a brincar." -----



Presidente da Assembleia: "Permita-me que lhe diga que sendo dada a palavra ao público, acredite que nenhum dos membros desta Assembleia leve qualquer crítica, comentário ou intervenção em termos de brincadeira. Respeitamos todas as pessoas que por bem aqui se dirijam desde que haja respeito e consideração por todos, é retornado no mesmo sentido. Em relação aos comentários políticos que foram dirigidos à Câmara, competirá ao senhor Presidente da Câmara a resposta, mas no que diz respeito à Assembleia, em todas as sessões que são públicas, todo o público tem a legitimidade de intervir e dizer o que entender por bem, desde que o seu comentário não seja nem ofensivo, nem agressivo, será ouvido por todos e será levado a sério. Não acreditamos que alguém venha a uma Assembleia Municipal brincar, antes pelo contrário, deve participar e trazer o seu contributo para uma Albufeira melhor." -----

João Condeço: "O que me trás aqui é um caso pessoal que eu classifico como um caso de justiça social. Tenho um terreno na zona da Balaia que durante muitos anos foi declarado como zona agrícola. Vim a saber *à posteriori* que do meu lado direito foi implementado um plano pormenor da Balaia, já aprovado e licenciado, e do meu lado esquerdo existe lá uma moradia ao abrigo das ponderosas, isto tudo numa zona considerada agrícola. Dirigi-me à RAN, expus o caso, e para meu espanto lá não sabiam da construção desta vivenda em zona agrícola. O meu terreno, que está entre construções, é considerado zona agrícola. Na minha opinião, uma zona é agrícola quando é viável para a agricultura, eu até posso plantar aqui tomates, mas se calhar preciso de setenta hectares para ser viável para a agricultura, não é por setecentos metros quadrados. Ainda por cima num concelho que não vive da agricultura, vive do turismo, e a minha intenção é construir, inserido no que já existe lá, que são vivendas turísticas, para fins de negócio, para entregar a uma agência de alugueres, e continuar o ramo exactamente que é praticado na zona. Já fiz vários pedidos, aqui empurraram-me para a RAN, cheguei lá dizem que não tem nada a ver com eles, que está entregue à Câmara, que é a Câmara que licencia, resumindo é o empurra a batata quente. Tenho aqui vários pedidos que já foram feitos à Câmara, a pedir para ser anexado ao plano pormenor da Balaia, outro a pedir para sair na revisão do PDM, mas há oito anos que me dizem que o PDM está a ser revisto." -----

Carlos Ventura apresenta e lê intervenção escrita. (Doc. 1, anexo a esta ata) -----  
 Não havendo mais intervenções por parte do público, nem correspondência recebida, o Presidente da Assembleia deu início ao período da Ordem do Dia. -----



## ORDEM DO DIA

### PONTO UM

Discussão e aprovação do Regimento da Assembleia Municipal; -----

Presidente da Assembleia: "Como é do vosso conhecimento, o Regimento esteve em discussão perante as forças representadas na Assembleia, houve algumas discordâncias, mas veio à Assembleia o resultado da discussão e o que resulta da Lei." -

Francisco Oliveira: "Na sequência do que referiu, realmente houve alguma discussão no que diz respeito a este Regimento e tenho que lamentar que na verdade algumas das propostas que foram feitas não tivessem vindo aqui no Regimento. O que se verifica é que o Regimento é meramente uma transcrição da Lei. Para isso era desnecessário termos tido três ou quatro reuniões para definir o que já está definido na Lei. Eu faço referência à questão das Assembleias participativas, no que diz respeito à implementação do orçamento participativo, que terão regras específicas e especiais, essa como outras situações que realmente não foram contempladas, e, nesse sentido, entendo que o Partido Socialista irá abster-se na votação relativamente ao Regimento." -----

Presidente Assembleia: "Em resposta ao que acaba de dizer, é importante esclarecer que foram apenas duas reuniões e permita-me dizer-lhe, com a mesma frontalidade que referiu, que das discussões que tivemos entre as várias forças presentes e o Dr. Francisco Oliveira não levantou qualquer objecção que não tivesse acolhimento. Trazer aqui uma abstenção ou uma votação contra, de um documento que sai das reuniões que foram políticas que tiveram intervenção do Presidente da Assembleia, uma vez que é a ele que cabe a função de redigir o documento e apresenta-lo, que teve o cuidado de levar a discussão prévia, dizer publicamente que não foram aceites as propostas quando nelas nada disse ou se opôs é não respeitar o trabalho comum... O que é efectivamente verdade é que não foram aceites por um grupo de trabalho político, nem foi discutida essa não aceitação. Convém explicitar que, essa questão que levanta, do orçamento participativo, não foi sequer levada nestas reuniões. Falou-se sim que queria que fosse incluído no Regimento uma comissão permanente, em que eu referi que não fazia sentido obrigar os partidos a estarem presente numa comissão permanente. Se a minha memória não me falha, se houve algumas propostas que foram concretizadas e que não tiveram aceitação, e que tenham sido de tal maneira rebatidos em discussão que não fora possível haver outra reunião para o assunto ser debatido. Na questão do



Provedor entendemos que não era algo que cabia ao Regimento porque o Regimento é o conjunto das regras de funcionamento da Assembleia. Não é o que está plasmado na Lei mas há contribuições que foram trazidas, inclusivamente a questão da contribuição da notificação por correio electrónico, que foi trazida e discutida nas reuniões. Não é uma cópia da Lei. Perdoe-me, mas é minorar um trabalho que foi tido e minorar as pessoas que estiveram presentes nessa comissão, em que, se tivemos o trabalho só de copiar a Lei, não precisávamos de ter as reuniões. Mas é uma posição que fica com quem a toma. " -----

Cândido Reigado: "No artigo sexto refere-se que *esgotada a possibilidade de substituição prevista no número anterior e desde que não esteja em efectividade de funções a maioria do número legal de membros da assembleia, o presidente comunica o facto ao Governador Civil*, mas o Governador Civil já não existe. Neste caso pergunto qual é a entidade?" -----

Presidente da Assembleia: "Neste caso devemos comunicar ao Ministério Público e devemos comunicar ao Ministro que tiver a tutela sobre a área." -----

Cândido Reigado: "Outra questão é o artigo treze. Numa das reuniões da comissão, em que eu estive presente, fiquei com a ideia de que quando se diz que os documentos devem chegar-nos no mínimo com dois dias de antecedência, na altura ficou falado que se iria acrescentar nesse artigo, "sempre que possível fazer chegar os documentos com mais tempo". E isso não está aqui no regimento."-----

Presidente da Assembleia: "Tem toda a razão. Nesse sentido deveríamos colocar aqui no número dois *"às sessões deve ser dada publicidade, com menção dos dias, horas e locais da sua realização, de forma a garantir e a promover o conhecimento dos interessados com a antecedência de, pelo menos, dois dias úteis sobre a data das mesmas*, devendo sempre que possível, ser acautelado um prazo superior." -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, não gostaria de levar esta questão a peito e penso que o senhor Presidente está a tomar dores que efectivamente não deveria tomar. Porque esta situação foi colocada várias vezes nas reuniões que tivemos. Foi entendido, na última reunião, que se estaria a fazer a análise do que era a legislação que estaria em vigor e, portanto, alterar em conformidade, e que as propostas que poderiam vir, nomeadamente como referi, a questão do Provedor, mas a questão do Provedor era a possibilidade da eleição do Provedor pela Assembleia Municipal. Foi uma questão que, na altura, o senhor Presidente, perante todos os presentes, referiu que ia





a Santarém e que iria saber se efectivamente seria da competência da Assembleia Municipal. Não ouvimos mais nada sobre essa questão. Não ouvimos mais nada sobre a proposta de uma conferência de representantes dos membros da Assembleia. Também não ouvimos mais nada relativamente à questão que já falei, das Assembleias participativas. É nesse sentido que eu acho que ficou incompleta a questão. No fundo, plasmámos a Lei e algumas das propostas que na altura eu tinha referido, particularmente ao senhor Presidente, foi-me dito que ficará para uma situação posterior ou eventualmente a Assembleia será soberana sobre essa questão. É o que eu digo, nada adiantámos face àquilo a que a Lei refere, pouco mais. Como referiu, foi a questão das quarenta e oito horas, para além da questão dos meios electrónicos, e pouco mais. Porque efectivamente não houve a introdução daquilo que se sentiria que seria importante neste mesmo regimento. Tal como falou o senhor Reigado, nós fomos informados, e pediria à Assembleia que nos informasse com um pouco mais de tempo, relativamente aos pontos que vêm à Assembleia. Sabemos nós que muitas vezes é difícil, é complicado, e não é intenção estar a prorrogar Assembleias ou haver mais outra para introdução de pontos. Penso que neste caso concreto não há questões técnicas a resolver, ou pelo menos de grande delicadeza, mas fui surpreendido pela Assembleia, que me contactou no sentido de perguntar se havia algum problema sobre a introdução dos pontos. Pontos que eu desconhecia na altura. Isto também só para lembrar que há cerca de dois dias, num outro foro, com o qual o senhor Presidente até concordou, que quando este tipo de elementos é trazido às Assembleias para discussão com pouco tempo, que realmente não nos permite discutir em profundidade. E é nesse sentido, é um alerta, é uma sugestão, e é um pedido que faço à Assembleia, que nos transmita com a brevidade possível, todos os elementos necessários para podermos analisar e discutir em conformidade." -----

Presidente da Assembleia: "Relativamente ao Regimento trás alguma proposta? Ou é pura e simplesmente uma declaração de intenção de voto?" -----

Francisco Oliveira: "É declaração de intenção de voto." -----

Presidente da Assembleia: "Relativamente à questão das quarenta e oito horas, como sabe foram documentos que vieram por parte da Câmara Municipal já depois desse limite. Sobre pontos que foram parte do aditamento pedi à nossa secretária da Assembleia que entrasse em contacto com todas os partidos aqui representados, para, de uma forma clara, transparente e honesta, saber se havia algum inconveniente no



aditamento uma vez que tínhamos uma Assembleia apenas com dois pontos. Pretendia-se saber se havia algum impedimento a que fossem acrescentados os pontos para a discussão. Não foram levantadas questões de maior e foi explicitado que os documentos que vinham eram questões muito claras, até porque havia pouco tempo para que todos reunissem. Se não me falha a memória o Dr. Francisco Oliveira disse-me que sim, e que seria uma maneira de acautelar a não realização de uma outra Assembleia para virmos discutir estes pontos. É uma questão que foi discutida com todos os partidos aqui representados, e a questão foi que não foram cumpridas as quarenta e oito horas, mas ouve uma anuência de todos. Obviamente que a mesa não tomará outra postura que não a de transparência, porque parece-me que não conseguimos respeitar com a clarividência que é necessária para este género de questões. O que faremos é o seguinte: se tivermos de fazer cinco Assembleias para discutir as questões, fá-la-emos. É muito mais fácil não trazermos à discussão as questões, como estas que aqui estão em causa, e parece-me que assim cumprimos o Regimento, cumprimos a Lei, porque não conseguimos ser flexíveis relativamente a esta questão." -----

Adriano Ferrão: "Boa noite. Eu queria deixar aqui a minha estranheza quanto ao facto de o Partido Socialista estar a assinalar a sua intenção de se abster quanto ao Regimento da Assembleia. Eu saí daquela comissão com a ideia clara de que a comissão participativa permanente não era do interesse da maioria dos presentes na reunião. Porque não se via nenhum lado positivo suficientemente assinalável para que se mantivesse essa comissão. Mais, parecia que prepararíamos estas Assembleias e a discussão destes pontos antecipadamente entre os quatro ou cinco elementos presentes e que se esvaziava, assim, a discussão no plenário maior, que é este. Por outro lado, quero relembrar que há muitos municípios que têm regimentos nas suas Assembleias que decorrem tão-somente do disposto na Lei e não alteram nada do que lá está disposto. Foi uma opção deles. Nós quisemos ir um pouco mais além e trouxemos o contributo dos vários partidos para que se conseguisse um Regimento do interesse de todos. Muitas das propostas que lá apareceram também me pareceram mais uma transposição do Regimento da Assembleia de Lisboa. Alguns municípios podem ter achado que, por ser a capital, o regimento está mais completo e mais capaz, mas, de qualquer modo, é inadequado para a natureza de Albufeira e por isso não tem de ser igual."-----



Presidente da Assembleia: "Relativamente à questão da redacção do ponto seis, no número dois, eu proporia, na sequência do que é apontado pelo senhor Reigado, que tivesse a seguinte redacção: *"Esgotada a possibilidade de substituição prevista no número anterior e desde que não esteja em efectividade de funções a maioria do número legal de membros da assembleia, o presidente comunica o facto ao ministro que tutele as autarquias locais, para que este marque, no prazo máximo de trinta dias, novas eleições."* No artigo treze, o número dois passaria a ter a seguinte redacção: *"Às sessões deve ser dada publicidade, com menção dos dias, horas e locais da sua realização, de forma a garantir e a promover o conhecimento dos interessados com uma antecedência de, pelo menos, dois dias úteis sobre a data das mesmas, devendo, sempre que possível, ser acautelado um prazo superior."* Senhor Reigado, não obstante os apontamentos serem seus, eu tomá-los-ia como meus, uma vez que a proposta de Regimento é do Presidente, e para que não haja mais necessidade de votações, eu proporia à Assembleia a deliberação deste Regimento com estas duas alterações, que obviamente serão corrigidos em sede própria, e será remetido o regimento já com as correcções para todos os membros."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação com as alterações propostas. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: oito (08) Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Vera Simões, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Ana Pereira, Leonardo Paço e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

Votos a Favor: dezassete (17) Paulo Freitas, Rui Bernardo, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, José Pimenta, Vitor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

## PONTO DOIS

Apreciação e deliberação, sobre proposta da Câmara Municipal, do Protocolo de colaboração entre o município de Albufeira e a APAV, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro; -----





O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

José Pimenta: "Em relação à CDU não está em causa a votação deste ponto, mas gostaríamos de ter alguns conhecimentos em relação a esta verba de quinze mil euros, que se refere aqui a um gestor. E nós gostaríamos de ser informados se é uma pessoa que está a tempo inteiro, se isto é uma associação de voluntariado, ou se é uma avença atribuída para a parte jurídica. Não sabemos e gostaríamos de ter esse conhecimento."

Presidente da Assembleia: "Quero só recordar a todos os membros que este é um ponto que já veio à Assembleia, foi novamente à Câmara Municipal e retorna à Assembleia." -----

Presidente da Câmara: "Isto é um apoio que é dado à APAV. Temos aqui a nossa Vereadora da Ação Social que poderá esclarecer melhor." -----

Vereadora Marlene: "Boa noite a todos. Este apoio tem a ver exactamente com todas as necessidades que a APAV tem, em termos financeiros, para desenvolver a sua actividade aqui em Albufeira. A APAV neste momento aumentou significativamente o número de pessoas que apoia, não são só vítimas de maus tratos, de violência doméstica, mas também outro tipo de vítimas. E o número, como podem ver aí na proposta, é bem grande. Eu pedi, na altura, informação à GNR, à APAV, à CPCJ e à Acção Social e os números são muito significativos. Se não avançássemos com este apoio, corríamos o risco de a APAV ir embora de Albufeira porque não tinham condições para continuar a trabalhar. A APAV esteve dois anos sem ter apoio da Câmara e este apoio, mais reforçado, vem exactamente para poder dar continuidade à APAV com a dignidade que eles necessitam, para apoiar as famílias que estão a ser vítimas de maus tratos." -----

José Pimenta: "Peço desculpa, mas continuei sem perceber. A vereadora disse que era para gastos mas aqui fala de avença do gestor, honorários, mil euros vezes doze meses. Sabendo que é uma associação de voluntariado, gostaria de saber em pormenor como é que são gastos estes mil euros por mês. Existe um profissional a tempo inteiro?" -----

Vereadora Marlene Silva: "A APAV não é uma associação de voluntariado. É uma associação que está ligada ao ministério da Segurança Social e da Solidariedade Social e tem técnicos a tempo inteiro. Tem um técnico, neste momento, que é o Dr. Mário, e é o técnico que faz a gestão e o acompanhamento psicológico de todos os utentes que procuram este serviço. Tem um técnico que trabalha todos os dias do ano. Depois tem



outras pessoas, a título voluntário que colaboram com a APAV, mas quem está a tempo inteiro é um único técnico." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vitor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **PONTO TRÊS**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de contadores de água, incluindo sistema de telemetria domiciliária, conforme previsto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem como na alínea c) do n.º 1, do art. 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Cândido Reigado: "Sobre este ponto a CDU gostava de questionar se estes contadores se destinam a substituir contadores que já estão instalados ou se se destinam a novas construções. Aquilo que consideramos, dada a grave situação que o país atravessa e a Câmara também, ou não teriam a necessidade de recorrer ao PAEL, o que implica logo as taxas máximas para as pessoas, consideramos que, a não ser que haja uma explicação plausível, não havia necessidade de recorrer nesta altura a este gasto, porque são cento e noventa mil duzentos e quarenta euros mais IVA. Está certo que é por três anos, mas se esse dinheiro fosse aplicado em admissão de pessoal, cada cobrador a ganhar mil euros por mês, dava para quatro trabalhadores e ainda sobrava dinheiro. A Câmara ainda poupava cerca de vinte mil euros por ano, durante os três



anos. Se não houver uma explicação que vejamos que há esta necessidade, pensamos que não é altura de gastar este dinheiro.” -----

Adriano Ferrão: “Não sou entendido na matéria, mas o que fala aqui é da remodelação e conservação da rede de abastecimento da água. Por isso, sai mais barato este tipo de tecnologia, do que esses quatro trabalhadores. O que, com certeza teriam qualquer coisa como dez mil contadores por pessoa. Fazer dez mil contadores por mês, por pessoa, é uma obra monumental, com certeza que não o conseguiriam fazer por mês.” -

Soraia Morais: “Boa noite. Gostaria de saber se a situação que se apresenta neste ponto tem a ver com algum prazo de validade dos contadores.”-----

Presidente da Câmara: “Isto é uma opção de carácter fundamentalmente técnico. Foi-nos solicitado pelos serviços e, devo dizer, em valores muito mais altos do que estes que estão aqui previstos. Respondendo ao prazo de validade, sim, têm um prazo. Alguns contadores destinam-se a substituições que devem ser feitas, outros são destinados a novos contratos. No caso da substituição, tanto quanto sei, os contadores, consoante a sua própria natureza e capacidade técnica, têm prazo de validade que variam entre os dois e podem ir até aos quatro anos. Podem-se verificar situações de prejuízo para o município, caso os contadores comecem a contar menos água, o que é um prejuízo muito grande. É um investimento necessário e deveria ser muito superior. Tenho ideia de ter ouvido números de uma necessidade de cerca de duzentos mil euros ano e nós estamos em valores muito baixos. Digamos que estamos a ir a menos dos mínimos neste dispêndio. Quanto à outra questão do senhor Reigado, não vejo que seja possível a admissão de novos trabalhadores. Está proibida a abertura de novos lugares. A razão fundamentalmente é técnica, nem chegamos perto daquilo que foi, entre aspas, a exigência técnica, a necessidade do município, em fazer a substituição de contadores, e, portanto, estamos a ser extremamente contidos. De qualquer forma, está presente a vereadora que tomou há poucos dias este pelouro e que poderá dar uma explicação adicional.” -----

Vereadora Ana Vidigal: “Aproveito para cumprimentar todos os cidadãos aqui presentes e todos os membros da Assembleia Municipal. Agora, na qualidade de vereadora, com funções permanentes, e é precisamente nesse âmbito, um dos pelouros que me foi atribuído foi o das Águas e Saneamento. No sentido daquilo que o Presidente já disse, existe um estudo com vários anos, de renovação dos vários contadores. Esse estudo apontava para uma despesa para o próximo ano que rondaria



cerca de cento e dez mil euros. Sendo que, no ano passado, efectivamente, foram gastos cerca de duzentos mil euros. Esta é uma situação que vai acontecer todos os anos, que tem a ver com a vida útil dos contadores, tem a ver também com as questões da substituição, em caso de avaria, e com a questão de novos contadores. De qualquer modo, esta é uma situação, efetivamente, que vai ao encontro do tentar evitar o maior número de reclamações possíveis. Certamente que as reclamações tendem a diminuir. Essa é uma vantagem do ponto de vista da resposta positiva ao cidadão. Tudo o que seja feito de acordo com uma resposta de mais eficiência do ponto de vista do munícipe é sempre tido em conta. Como o presidente disse, de facto, trinta e seis mil ou trinta e oito mil euros fica muito aquém daquilo que são as necessidades de remodelação de contadores tendo em conta que, por vezes, esses prejuízos podem também, em alguns casos, afectar o munícipe, mas certamente dão uma grande quebra de receitas para o município. No fundo, há uma tentativa de haver um aumento de receita e vai resolver determinados problemas operacionais, aumenta-se a qualidade na medição e evita-se a reclamação da facturação. Tendo em conta todas estas situações, não sei o que haverá mais a dizer. " -----

Cândido Reigado: "Queria perguntar qual a diferença de preço entre o contador normal e esses contadores que referiu?" -----

Vereadora Ana Vidigal: "Um contador normal custa cerca de vinte euros, tanto quanto me foi informado. O sistema de rádio, que pode ser introduzido, custa cerca de quarenta euros mas tem uma grande vantagem que é fazer com que essa leitura dos contadores possa ser feita de forma remota. De qualquer modo, os valores que estão neste concurso abrangem contadores com esta possibilidade de leitura telemétrica mas também há um número de contadores que não têm esta leitura, portanto, os chamados contadores normais, os contadores volumétricos nos quais não é introduzido o sistema de rádio. Estão previstos cerca de mil e quinhentos para ser colocado esse sistema de rádio e cerca de três mil e quinhentos contadores que não têm esse sistema de rádio." -----

José Pimenta: "Gostaria de saber o número de trabalhadores que fazem a leitura da água e gostava de saber o que é que vão fazer a esse pessoal." -----

Presidente da Câmara: "Neste momento não sei dizer ao certo o número de trabalhadores que fazem as leituras dos contadores mas poderei responder-lhe com precisão mais tarde. De qualquer forma, há uma série de procedimentos



administrativos que eles vão ter sempre que realizar. Isto não vai alterar qualquer questão a nível dos trabalhadores, se a questão é se irá haver despedimentos, eu posso assegurar que não." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Cândido Reigado e José Pimenta. -----

Votos a Favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, Vitor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

#### **PONTO QUATRO**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para aquisição de serviços de aluguer de máquinas com operador, conforme previsto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem como na alínea c) do n.º 1, do art. 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vitor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de





Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----  
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **PONTO CINCO**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para aquisição de serviços de conservação e assistência técnica aos ascensores existentes nos edifícios do município de Albufeira, conforme previsto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem como na alínea c) do n.º 1, do art. 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vitor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----  
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **PONTO SEIS**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para aquisição de serviços de plataforma eletrónica de contratação pública, conforme previsto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem como na alínea c) do n.º 1, do art. 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----



**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vitor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para aquisição de serviços de vigilância humana contínua e pontual, em vários locais do município de Albufeira, conforme previsto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem como na alínea c) do n.º 1, do art. 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vitor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das



deliberações tomadas na Assembleia.-----  
Presidente da Assembleia: "Parece-me que não teremos a oportunidade e o prazer de nos encontrarmos numa outra Assembleia ainda este ano. Então, gostaria de deixar uma palavra de Boas Festas e que, no próximo ano, consigamos ter as nossas famílias reunidas e que consigamos ter também os nossos sucessos pessoais e profissionais que assim os desejamos. Que haja efectivamente sucesso para todos aqueles a quem queremos bem e para todos os que nos rodeiam. Obrigado e Boas Festas." -----  
 Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:10 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

-----  
 Albufeira, 11 de Dezembro de 2013 -----  
 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_  
 -----

A PRIMEIRA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_  
 -----

O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_  
 -----



Doc. 1

DEDICADO A NELSON MANDATO  
A SUA FORTE CONVICÇÃO PERSONALIDADE  
MINHA INTERVENÇÃO FAÇO EM NOME  
PESSOAL

OPRESSÃO DA BUNTA ALBUFEIRA  
DIZ SABE DE CON ANTES DE FAZIA  
ISSO SEJA POR UMA OUTRA OPORTUNIDADE



SUAS PALAVRAS NELSON MANDELA  
 EU SOU O SENHOR DO MEU FUTURO  
 EU SOU O PAPELO DA MINHA ALMA  
 TU ES O DESTINO DE MUITOS DESTINOS  
 A MEMORIA MORAL CONSCIENCIA  
 TU ES A FORÇA DA RAZÃO DA ALMA IN-  
 FINITA A LUTA DA JUSTIÇA VERDADE  
 A VOZ DO POVO UNIVERSAL / DOS POVOS  
 OPRIMIDOS / TU ES A LUTA A ALMA DOS  
 HUMILHADOS DA HUMILIDADE / DOS  
 FRACOS SEM VOZ / DOS INDIGIDOS /  
 TU ES A FORÇA DOS QUE LUTAM POR  
 A LIBERDADE IGUALDADE  
 TU ES A INSPIRAÇÃO DA UTOPIA DA  
 VERDADE DO AMANHÃ / É O SONHO  
 DOS QUE DEIXARAM DE SONHAR  
 DOS QUE NÃO TÊM A PAZ DA  
 A FORÇA DE LUTAR SONHAR VIVER  
 A LIBERDADE / DOS QUE ASSASSINARAM  
 A LIBERDADE A CONSCIENCIA A JUSTI-  
 TICA A UTOPIA O SONHO A VERDADE  
 TU ES A FORÇA DOS QUE LUTAM FI-  
 CANDO EM PS.  
 É O DESTINO DO FUTURO A CONSCIENCIA  
 A LUTA A FORÇA QUE VAI EM TI  
 EM NÓS / TU ES A LIBERTAÇÃO DA  
 LIBERDADE / TU ES A FORÇA DO  
 DESTINO JUSTIÇA / A SEMEIA A  
 A LUTA O FRUTO O DESTINO A JUSTIÇA  
 TU ES A FORÇA LUTANDO POR A





OS GOVERNOS NA REALIDADE DE  
 SER/NUNCA SE PRESENTE A LIBERDADE  
 A INSPIRAÇÃO/O ESPÍRITO LIVRE QUE  
 VAI EM TI/A LUTA A INSPIRAÇÃO A  
 LIBERDADE POR O PAÍ/POA A BUSCA  
 É A ÁGUA VOANDO A LIBERDADE/A  
 VIDA EM CAMINHO/CADA SER HUMANO SE  
 LIBERTANDO DAS AMARRAS DAS CORREN-  
 TES/SER LIVRE BUSCA/OBJETO VIVER  
 A DIFERENÇA/LUTAR NO QUE ACREDITAR  
 SE LIBERTANDO/REALIZAR CONCRETIZAR  
 SONHOS UTOPIAS DE IGUALDADE HUMANA  
 POR A FORÇA DA VERDADE DA RAZÃO DA  
 HUMANIDADE DA LIBERDADE/UNIR FOR-  
 ÇAS LAVAR LÁGRIMAS DO SORRISO/CON-  
 TINUAR LIVRE/ÀS ADVERSIDADES RES-  
 PEITAR OS QUE SOFREM POR AS IN-  
 DIFERENÇAS DA SOCIEDADE/UNIR  
 OS POVOS/RESPEITAR O SUOR DA ESCRA-  
 VÃO REJEITANDO/OS PARASITAS QUE  
 SUAM O SUOR DO TRABALHO/LUTAR A  
 IGUALDADE SENTIR REALIZADO LIVRE  
 EM LIBERDADE SE LIBERTANDO/A  
 AMBIÇÃO HUMANA/É MAIS FORTE/  
 EM QUE A LUTA DIGNIFICA A LUTA  
 PESSOAL/A IGUALDADE



EM SUA VIDA / SUA PERSONALIDADE  
 LIVRE LUTANDO A DEVERDADE HU-  
 MANA / A DISTRIBUIÇÃO DO BOM DAS  
 IGUALDADES / LIVRE POR SE SENTIR  
 LIVRE NA LIBERDADE DO POVO / REA-  
 LIZADO HUMANO / NO SONHO SONHAR POR  
 A LIBERDADE DA HUMANIDADE / A RAZÃO  
 A RAZÃO A FORÇA DA JUSTIÇA / DA  
 VERDADE / LUTANDO LIVRE ATÉ AO  
 LIMITE ULTIMO SUSPIRO / LUTANDO O  
 SENTIDO DA VIDA / AS POLÍTICAS OS PO-  
 LÍTICOS / NÃO SÃO LIVRES / A FIM PAR-  
 TICULARES / INTERESSES PESSOAIS / IN-  
 DIVIDUAIS DE INFLUÊNCIAS / A PADRI-  
 NHADO COM A CORRUPÇÃO O TACHO  
 POLÍTICAS ESTRATÉGICOS DE SUAVES  
 A INCOMPETÊNCIA OS POLÍTICOS  
 OS POLÍTICOS PRETENDEM PRENDER A  
 LIBERDADE A INSPIRAÇÃO A UTOPIA  
 NUNCA SE PRENDE A LIBERDADE NELSON  
 MANDELA / EU SOU O SENHOR DO MEU  
 FUTURO / EU SOU O CAPITÃO DA MINHA  
 ALMA / TÚ FOSTE O FUTURO DO TEU  
 PAÍS / TÚ ÉS A ÁGUA DA LIBERDADE /  
 A LIBERDADE DA HUMANIDADE



A LIBERDADE É A BUSCA  
 TROCAR SUA ALMA POR SUA ALMA/VIAJE  
 NO PROFUNDO DA SUA ALMA/NO FUTURO  
 DA HUMANIDADE DO PLANETA/O RESTO  
 PRESENÇA O FIM DO FUTURO DO SONHO  
 SE LIBERTANDO/SONHANDO A UTOPIA DO  
 SONHO DE IGUALDADE  
 PALAVRAS DE NELSON MANDELA EU SOU  
 O SENHOR DO MEU FUTURO  
 EU SOU O CAPÍTULO DE MINHA ALMA  
 TU É A LIBERDADE DA TUA LIBERDADE  
 A LIBERDADE NUNCA SE PRENDE/ENTR  
 OUTROS EXEMPLOS/NUNCA PRENDERAM  
 NELSON MANDELA/NUNCA PRENDERAM  
 NEM ASSASSINARAM E SE QUERIAM  
 NUNCA PRENDERAM ALGO EM NHA AL  
 NUNCA DE FORMARAM A CONSCIÊNCIA  
 DE ARISTOTELES SOUSA MESMO/A FORÇA  
 DA VERDADE DA JUSTIÇA A FORÇA  
 PONTIFÍCA A JUSTIÇA CAMARADAS/A  
 LIBERDADE NUNCA SE PRENDE/NÃO  
 EXISTE GRADES A PRENDER A LIBERDADE  
 EXISTE A FORÇA DA LIBERDADE DA JUSTIÇA  
 DA RAZÃO IGUALDADE/OS POVOS SE LI-  
 BERTANDO/O RESTO DA SOCIEDADE  
 A LIBERDADE É A BUSCA DO BEM-ESTAR GLOBAL





SOMOS ~~OS~~ ORFÃOS DE UM PAÍS  
 EM QUE O RICO MAIS RICO / O POBRE MAIS  
 POBRE / SOMOS A MISÉRIA SEM REARÃO  
 SOMOS A RIQUEZA SEM CONSCIÊNCIA  
 E O POVO VIVE DAS MISÉRIAS DO SUOR  
 DAS LÁGRIMAS DOS POBRES / O SANTO  
 SOMOS OS SEM VERGONHA DA SOCIEDADE  
 O INDIVIDUALISMO O PERMITIR NOS  
 SOMOS O OURO DA MISÉRIA A FAZENDO  
 PENSAMENTO O SACRIFÍCIO A MISÉRIA  
 A ESCRATURA A FOM O DEVOCION  
 SOMOS A INJUSTIÇA DOS FORTES / AS  
 PRISÕES DOS FRACOS  
 FAZAMOS NO TUDO COMO IDENTIDADE  
 HUMANA CONSCIENTE / UM O LUXO  
 O CHOROS A CORRUPÇÃO / OUTROS A INDE-  
 CÊNCIA / A INDEFERÊNCIA / FAZAMOS NOS-  
 SA IDENTIDADE NOSSO OBJETIVO HUMANO  
 TEREMOS EM NOS MANTER EM PELO  
 DIGNOS DO QUE SOMOS A PAÇA HUMANA  
 LUTAREMOS A RECONSTRUIR O HUMANO  
 NOVO / COM BASE DE RESPEITO / JUSTIÇA  
 COM SIGNIFICADO DE DIREITOS DEVERES  
 DOS DIREITOS HUMANOS DE JUSTIÇA  
 SEM EPORESSIA COM DETERMINAÇÃO  
 COM VERDADE UNIDADE JUSTIÇA SOCIAL  
 A SOCIEDADE DIGNA DE IGUALDADE  
 SEM EXPLORAÇÃO DOS EXPLORADORES  
 COM A VERDADE



PRIVILEGIOS/ SÃO OS PRIVILEGIOS  
DOS/ OS ABUSOS DO PODER/ OS DES-  
VIOS BPN ESTE/ DESMANTELAM UM  
PAIS SACRIFICANDO UM POVO

OS FRACOS NECESSITAM DA FORÇA  
DAS PALAVRAS/ ENTRE UM RIO DE  
MARGENS DE MAGIA/ AZUL  
LAVA-SE LAVRA-SE RASGA-SE A  
TERRA DA INJUSTIÇA/ DE NINGUÉM  
ENTRE SONHOS LÁGRIMAS A FORÇA  
DA RAZÃO/ SE REPETU O CAMINHO  
DA VERDADE DA VIDA/ A IGUALDADE  
SÃO AS PALAVRAS O CONHECIMENTO  
A FORÇA DA RAZÃO/ NO RECORDAR  
OS POVOS DO UNIVERSO COM A FOR-  
ÇA DAS PALAVRAS O COLETIVO

LEITADEMOS CAMARADAS POR-  
QUE BLES FORAM ZONDE DE-  
MAIS <sup>OS POLITICOS GOVERNANTES</sup> O POVO VIVE O SOFALISMO  
A MISERIA A ESPERANÇAS  
FOME  
LUTICO E DESPOSSABILIZ-  
AÇÃO DAS PALAVRAS